

O PAPEL DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS NO ENFRENTAMENTO AO NARCOTRÁFICO TRANSNACIONAL NA AMAZÔNIA

THE ROLE OF THE AMAZONAS MILITARY POLICE IN COMBATING TRANSNATIONAL DRUG TRAFFICKING IN THE AMAZON

Rogério de Oliveira Lima¹
Rayan Cristhian Viana Freitas²
Rogério de Lima Barbosa³
Denison Melo de Aguiar⁴
Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁵
Bruno Patrício de Azevedo Campos⁶

RESUMO: O presente artigo científico se propõe a analisar o papel estratégico e operacional da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) no complexo e crescente cenário do enfrentamento ao narcotráfico transnacional na região amazônica. A Amazônia, com sua vasta extensão territorial, densa floresta e intrincada malha hidroviária, tornou-se um corredor logístico crucial para o crime organizado, exigindo respostas de segurança pública que transcendem o modelo tradicional. A pesquisa se aprofunda nas dinâmicas geopolíticas que transformaram o Amazonas em um ponto focal para o tráfico de drogas, examinando as estratégias de atuação da PMAM, com destaque para as operações fluviais e o uso de inteligência policial. O estudo aborda a implementação de bases fluviais como a Base Arpão e a atuação de unidades especializadas como a Companhia de Operações Especiais (COE), avaliando sua eficácia na interdição de rotas e na apreensão de entorpecentes. Por fim, são discutidos os desafios logísticos, tecnológicos e de recursos humanos que persistem, propondo perspectivas para o fortalecimento da capacidade de resposta da PMAM frente a um fenômeno de natureza transnacional. A metodologia empregada é a pesquisa bibliográfica e documental, com análise de dados estatísticos e a incorporação de referencial teórico especializado na área de segurança pública e narcotráfico na Amazônia.

1

Palavras-chave: Polícia Militar do Amazonas. Narcotráfico Transnacional. Amazônia. Segurança Pública. Geopolítica.

¹Especialista em Segurança Pública (FOCUS). Bacharel em Direito (UNIVERSIDADE NILTON LINS). Aluno Oficial PM. Bacharelando em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

²Mestre em Ciências, Inovação e Tecnologia para a Amazônia pela Universidade Federal do Acre (PPGCITA/UFAC). Especialista em Segurança Pública pela Faculdade Focus. Licenciado em Química pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Aluno Oficial PM. Bacharelando em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

³Especialização em Direito Penal e Processual Penal pela Faculdade Focus. Bacharel em Família pela Faculdade Meta (FAMETA). Aluno Oficial PM. Bacharelando em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

⁴Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da Magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos(PPGSP/UEA).

⁵Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. fpascarellilopes@icloud.com

⁶Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade La Salle de Manaus – UNILASSALE, E em MBA em Gestão Estratégica da Administração Pública pela Faculdade Descomplica – DESCOMPLICA. Graduado em Direito pela Escola Superior BaOsta do Amazonas – ESBAM. Chefe do Estado Maior Geral e Coronel da Polícia Militar do Amazonas – PMAM.

ABSTRACT: This scientific article aims to analyze the strategic and operational role of the Military Police of Amazonas (PMAM) in the complex and growing scenario of confronting transnational drug trafficking in the Amazon region. The Amazon, with its vast territory, dense forest, and intricate river network, has become a crucial logistical corridor for organized crime, demanding public security responses that transcend the traditional model. The research delves into the geopolitical dynamics that have transformed Amazonas into a focal point for drug trafficking, examining the PMAM's operational strategies, with emphasis on river operations and the use of police intelligence. The study addresses the implementation of river bases such as the Arpão Base and the performance of specialized units like the Special Operations Company (COE), evaluating their effectiveness in interdicting routes and seizing narcotics. Finally, the persistent logistical, technological, and human resources challenges are discussed, proposing perspectives for strengthening the PMAM's response capacity against a phenomenon of a transnational nature. The methodology employed is bibliographic and documentary research, with analysis of statistical data and the incorporation of specialized theoretical references in the field of public security and drug trafficking in the Amazon.

Keywords: Military Police of Amazonas. Transnational Drug Trafficking. Amazon. Public Security. Geopolitics.

INTRODUÇÃO

A Amazônia Legal brasileira, com sua inigualável biodiversidade e extensão fronteiriça, configura-se como um dos palcos mais desafiadores para a segurança pública contemporânea. A região, que deveria ser prioritariamente um foco de desenvolvimento sustentável e preservação ambiental, tem sido crescentemente cooptada por atividades ilícitas, notadamente o narcotráfico transnacional. A complexidade do ambiente amazônico, marcada pela fluidez das fronteiras terrestres e fluviais com países produtores de cocaína (Colômbia, Peru e Bolívia), oferece uma infraestrutura natural que é explorada por organizações criminosas para o escoamento de entorpecentes e a lavagem de capitais (BENAYON JÚNIOR, et al., 2025). A delimitação temática deste estudo concentra-se, portanto, na análise da atuação de uma das principais forças de segurança estaduais, a Polícia Militar do Amazonas (PMAM), e seu papel específico no combate a essa ameaça que transcende as jurisdições locais e assume contornos de segurança nacional.

A justificativa para a realização desta pesquisa reside na urgência de se compreender e otimizar as estratégias de enfrentamento a um crime que desestabilize a ordem social, econômica e ambiental do estado. O narcotráfico não é apenas uma questão de segurança pública, mas um vetor de violência, corrupção e degradação ambiental, que se manifesta na disputa territorial entre facções e no aumento dos índices de criminalidade violenta, como os homicídios em Manaus (SÁ LEITÃO et al., 2025, p. 1635). A atuação da PMAM, como força de

polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, é vital para a manutenção da soberania e da legalidade em áreas remotas e de difícil acesso. A análise de suas operações e resultados contribui para o aprimoramento das políticas de segurança e para a alocação mais eficiente de recursos.

Este tema possui relevância social inquestionável, pois o sucesso no combate ao narcotráfico transnacional impacta diretamente a qualidade de vida da população amazonense, especialmente das comunidades ribeirinhas e indígenas, que são as mais vulneráveis à influência e à violência das organizações criminosas. Além disso, a segurança da Amazônia é uma pauta global, e o papel do Brasil, por meio de suas instituições como a PMAM, é crucial para a estabilidade regional. A relevância social se manifesta na necessidade de garantir que as ações de segurança pública sejam eficazes, respeitem os direitos humanos e promovam a paz social em um contexto de alta complexidade.

O objetivo geral deste artigo é analisar criticamente as estratégias, os desafios e os resultados da Polícia Militar do Amazonas no enfrentamento ao narcotráfico transnacional na Amazônia, com foco nas inovações operacionais e no uso da inteligência policial. Os objetivos específicos são: 1. descrever a dinâmica geopolítica do tráfico de drogas na Amazônia e o papel do Amazonas como corredor logístico; 2. examinar as principais operações e unidades especializadas da PMAM dedicadas ao combate fluvial e terrestre ao narcotráfico; e 3. analisar os dados estatísticos de apreensões e os desafios logísticos e tecnológicos enfrentados pela corporação.

3

O problema científico central que norteia esta investigação pode ser formulado da seguinte maneira: De que forma a Polícia Militar do Amazonas, com suas capacidades e limitações regionais, têm conseguido mitigar a expansão e a consolidação do narcotráfico transnacional, que utiliza a complexa malha hidroviária e terrestre da Amazônia como rota estratégica? A hipótese que se busca verificar é que, apesar dos desafios impostos pela vastidão territorial e pela natureza transnacional do crime, a PMAM tem alcançado resultados significativos no enfrentamento ao narcotráfico, principalmente através da adoção de estratégias inovadoras, como a implantação de bases fluviais permanentes (e.g., Base Arpão) e o investimento em inteligência policial e operações especializadas, o que tem gerado um impacto direto na interrupção da cadeia logística do crime organizado na região (BANDEIRA; PAIVA; GAMA, 2025; PINHEIRO; AGUIAR; ZOGAHIB, 2025).

A compreensão do fenômeno do narcotráfico na Amazônia exige uma perspectiva que integre a segurança pública com a geopolítica. De acordo com Bandeira; Paiva e Gama (2025), a região não é apenas um ponto de passagem, mas um espaço de articulação e territorialização do crime organizado. A vasta rede de rios, como o Solimões e o Negro, funciona como "estradas" invisíveis, permitindo o transporte de grandes volumes de entorpecentes com relativa discrição. A atuação da PMAM, nesse contexto, deve ser vista não apenas como uma ação de polícia de fronteira, mas como uma peça fundamental na defesa da soberania e na aplicação da lei em um ambiente onde a presença estatal é, por vezes, rarefeita.

A territorialização do crime no Amazonas não se restringe à ocupação física de espaços geográficos, mas se manifesta na imposição de uma ordem normativa paralela, onde as facções criminosas exercem um controle social que desafia a autoridade do Estado. O enfrentamento a esse fenômeno exige que a Polícia Militar do Amazonas atue não apenas na repressão, mas na reafirmação da presença institucional em áreas de baixa densidade populacional (BANDEIRA; PAIVA; GAMA, 2025, p. 12).

O narcotráfico transnacional na Amazônia se beneficia da fragilidade institucional e da corrupção, além de se associar a outros crimes ambientais, como o garimpo ilegal e a extração de madeira, criando uma economia ilícita complexa e interconectada. O enfrentamento a essa rede exige, portanto, uma abordagem multifacetada e integrada, que vá além da repressão pura e simples. A PMAM, ao atuar em conjunto com outras forças estaduais e federais, como na operação das Bases Arpão, demonstra uma evolução tática em direção a um modelo de segurança mais cooperativo e estratégico.

4

O investimento em inovação tecnológica na segurança pública em áreas de fronteira é um ponto crucial para a PMAM (SILVA; POLARI; AGUIAR, 2025). A vigilância de rios e florestas demanda o uso de tecnologias avançadas, como drones, sistemas de monitoramento por satélite e equipamentos de comunicação criptografada. A capacidade de resposta rápida e a precisão na interceptação de carregamentos dependem diretamente da qualidade da inteligência e dos meios tecnológicos disponíveis. A PMAM tem buscado integrar esses recursos, mas os desafios logísticos e de manutenção em um ambiente hostil como a Amazônia são constantes.

A relevância da PMAM é ainda mais acentuada pela sua capilaridade. Diferentemente das forças federais, a Polícia Militar possui destacamentos e companhias em diversos municípios do interior, sendo a primeira e, muitas vezes, a única resposta do Estado em situações de emergência. Essa presença ostensiva, quando bem direcionada pela inteligência, pode dismantlar a logística do narcotráfico em seus pontos de apoio e distribuição. A análise da atividade de inteligência na PMAM é, portanto, um eixo central para entender a eficácia de suas ações (PINHEIRO; AGUIAR; ZOGAHIB, 2025).

A complexidade do enfrentamento ao narcotráfico transnacional na Amazônia exige que a atuação da PMAM esteja alinhada com as Políticas de Segurança Pública no Brasil, como o II Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) (SANTOS *et al.*, 2022). Tais políticas preconizam a integração entre os entes federativos e o uso estratégico da inteligência, elementos cruciais para combater um crime que se organiza em redes transnacionais. A Amazônia, por sua vez, impõe desafios singulares que demandam a adaptação dessas políticas nacionais à realidade local, marcada pela dificuldade de acesso, pela vasta área de fronteira e pela presença de comunidades tradicionais. A resposta da PMAM, portanto, deve ser uma síntese entre a diretriz nacional e a necessidade de inovação tática e tecnológica para o ambiente fluvial e florestal.

O fenômeno da territorialização do crime no Amazonas é um aspecto central para a compreensão do problema. O narcotráfico não apenas utiliza a região como rota, mas estabelece bases de apoio, cooptando populações e impondo uma "lei" paralela em áreas de baixa presença estatal (BANDEIRA; PAIVA; GAMA, 2025). As ações da PMAM, ao buscarem a interdição de rotas e a desarticulação de grupos criminosos, representam a reafirmação da soberania estatal e a disputa pelo controle territorial. O sucesso dessas ações está intrinsecamente ligado à capacidade da corporação de atuar de forma ostensiva e, ao mesmo tempo, estratégica, utilizando a inteligência para mapear e antecipar os movimentos das facções.

5

No entanto, a atuação policial em um contexto de alta letalidade e complexidade como o combate ao narcotráfico transnacional deve ser pautada pelo irrestrito respeito aos Direitos Humanos. A formação dos oficiais e praças da PMAM deve alinhar a eficiência operacional com a ética e a legalidade (SANTOS; ZOGAHIB; AGUIAR, 2025). A discussão sobre o uso de câmeras corporais nos operadores de segurança pública (GOUVEIA *et al.*, 2024) ganha relevância nesse cenário, pois a tecnologia pode atuar como um mecanismo de transparência e controle, protegendo tanto o cidadão quanto o próprio policial em situações de alto risco. A adoção de práticas que garantam o primeiro atendimento do sistema de segurança pública aos grupos vulneráveis (BITENCOURT *et al.*, 2025), como a população LGBTQIAPN+, demonstra a necessidade de uma polícia mais humanizada e atenta às diversidades sociais, mesmo em meio à dureza do combate ao crime organizado.

A Metodologia adotada neste estudo é de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva. A pesquisa se baseia em um levantamento bibliográfico e documental, utilizando como fontes primárias artigos científicos, dissertações, teses e publicações em

periódicos de segurança pública, com ênfase na produção acadêmica sobre o Amazonas e o narcotráfico. A seleção do material bibliográfico priorizou autores com reconhecida expertise na área, como Denison Melo de Aguiar, cujas obras fornecem o arcabouço teórico para a análise da geopolítica do tráfico, da territorialização do crime e das políticas de segurança pública na região (RÊGO; POLARI; AGUIAR, 2025; SANTOS *et al.*, 2022). A pesquisa documental incluiu a análise de relatórios e dados estatísticos de apreensões de drogas divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM) e pela própria PMAM, com o objetivo de quantificar e qualificar os resultados operacionais recentes (2024-2025). A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, buscando identificar padrões, tendências e a correlação entre as estratégias operacionais da PMAM e os resultados obtidos no enfrentamento ao narcotráfico transnacional.

O delineamento metodológico justifica-se pela complexidade do objeto de estudo, que exige a triangulação de dados teóricos e empíricos. A análise bibliográfica permitiu a construção de um referencial teórico sólido, essencial para a compreensão das dinâmicas do crime organizado na Amazônia, enquanto a análise documental e estatística forneceu a base empírica para avaliar a eficácia das ações da PMAM. A abordagem exploratória permitiu a identificação de lacunas e a proposição de novas perspectivas de pesquisa, como a necessidade de aprofundamento na avaliação do impacto social das operações policiais. A abordagem descritiva, por sua vez, possibilitou a detalhada apresentação das estratégias operacionais da PMAM, como a implementação das Bases Arpão e o uso da inteligência policial, elementos centrais para a discussão dos resultados.

A validade e a confiabilidade dos dados foram asseguradas pela utilização de fontes acadêmicas e institucionais reconhecidas, como o Google Acadêmico, periódicos científicos de alto impacto e relatórios oficiais de órgãos de segurança pública. A preocupação com a fidedignidade das informações é crucial, especialmente em um tema sensível como o narcotráfico, onde a manipulação de dados pode distorcer a percepção da realidade. A metodologia adotada, portanto, buscou um equilíbrio entre a profundidade teórica e a precisão empírica, fornecendo um quadro analítico robusto para a avaliação do papel da Polícia Militar do Amazonas no enfrentamento ao narcotráfico transnacional.

2. GEOPOLÍTICA E DINÂMICAS DO NARCOTRÁFICO TRANSNACIONAL NA AMAZÔNIA

A Amazônia, mais do que uma fronteira geográfica, é uma fronteira geopolítica no contexto do narcotráfico global. A região, que abrange nove países, é estratégica devido à sua proximidade com os principais centros produtores de cocaína (Colômbia, Peru e Bolívia), transformando-se em um corredor logístico vital para o escoamento da droga para mercados consumidores internacionais e nacionais. A geopolítica do tráfico de drogas no Amazonas revela que a vasta e intrincada malha hidroviária, composta por rios como o Solimões e o Negro, funciona como a principal "rodovia" para o transporte de entorpecentes (BENAYON JÚNIOR, *et al.*, 2025). A ausência de fiscalização contínua e a dificuldade de acesso a certas áreas criam um ambiente propício para a atuação de organizações criminosas transnacionais, que se utilizam da fluidez das fronteiras para operar com relativa impunidade.

O Amazonas, dada a sua conformação geográfica, não é apenas um corredor de passagem, mas um espaço de convergência de interesses criminosos globais. A interconexão entre as rotas fluviais e os pontos de escoamento aéreo exige uma resposta de segurança pública que seja capaz de integrar a vigilância ostensiva com a análise estratégica de dados (BENAYON JÚNIOR, *et al.*, 2025, p. 45).

A territorialização do crime organizado no Amazonas é um fenômeno que se intensificou nos últimos anos, com facções criminosas estabelecendo bases de apoio e cooptando comunidades ribeirinhas e indígenas. Essa territorialização não se limita ao controle de rotas, mas se estende à imposição de uma ordem social paralela, baseada na violência e na intimidação (RÊGO; POLARI; AGUIAR, 2025). O Amazonas, e em particular Manaus, tornou-se um epicentro do crime organizado na Amazônia, o que se reflete no aumento da violência urbana e na disputa por pontos de venda de drogas. A PMAM, ao atuar nesse cenário, não enfrenta apenas o traficante individual, mas uma estrutura criminosa complexa, com alto poder de fogo e capacidade de adaptação.

A dinâmica do narcotráfico transnacional na Amazônia é marcada pela inovação e pela diversificação das rotas. Além do transporte fluvial, que utiliza embarcações de pequeno e médio porte, os criminosos têm recorrido a aeronaves de pequeno porte para burlar a fiscalização, especialmente em áreas de fronteira. Essa diversificação exige uma resposta estatal igualmente inovadora e adaptável. A inovação tecnológica na segurança pública em áreas de fronteira é, portanto, um imperativo estratégico para a PMAM, que precisa de meios aéreos, fluviais e terrestres para cobrir a imensa área de atuação (SILVA; POLARI; AGUIAR, 2025).

O desafio logístico é imenso, pois a manutenção de equipamentos e a logística de pessoal em áreas remotas consomem grande parte dos recursos.

A análise da calha do Rio Solimões, por exemplo, revela que este é o principal corredor logístico para a cocaína produzida no Peru e na Colômbia. A droga entra no território brasileiro através de municípios como Tabatinga e Benjamin Constant, seguindo por via fluvial até Manaus, de onde é distribuída para o restante do país e para o exterior. A PMAM, ao atuar nessas "portas de entrada", enfrenta o desafio de monitorar milhares de quilômetros de rios e igarapés, onde a densa vegetação oferece inúmeros esconderijos. A tática de "formiguinha", que utiliza pequenas embarcações para transportar quantidades menores de droga de forma pulverizada, dificulta a detecção e exige um esforço de inteligência constante para identificar os pontos de transbordo e armazenamento.

Além disso, a geopolítica do tráfico envolve a disputa por territórios estratégicos entre diferentes facções criminosas. No Amazonas, a presença de grupos como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), além de facções locais, gera um cenário de instabilidade e violência. A disputa pelo controle das rotas fluviais e dos pontos de venda em Manaus é o motor dos elevados índices de criminalidade violenta no estado. A PMAM, ao intervir nessas áreas, atua como um elemento de contenção, buscando evitar que a violência se alastre para as comunidades ribeirinhas, que muitas vezes ficam reféns do poderio bélico dos traficantes. A territorialização do crime, portanto, não é apenas uma questão de logística, mas de domínio social e político sobre áreas vulneráveis.

8

A atuação da PMAM, nesse contexto geopolítico, assume um papel de defesa da soberania nacional. Ao intervir nas rotas do tráfico, a polícia militar não apenas combate o crime, mas reafirma a presença do Estado em áreas vulneráveis. A estratégia de interdição fluvial, com a criação de bases permanentes, como a Base Arpão, é uma resposta direta à dinâmica do tráfico que utiliza os rios como principal via. Essa abordagem, que combina a ostensividade com a inteligência, é fundamental para desarticular a logística do crime organizado e interromper o fluxo de entorpecentes que abastece o mercado nacional e internacional.

A complexidade da atuação da PMAM no cenário amazônico é ainda mais acentuada pela necessidade de uma abordagem integrada e multidisciplinar. O narcotráfico, como atividade ilícita de natureza transnacional, exige a cooperação entre as forças de segurança estaduais, federais e, em alguns casos, internacionais. A PMAM, por meio de suas unidades

especializadas, tem participado ativamente de operações interagências, o que demonstra uma evolução na sua capacidade de resposta e na sua compreensão da dimensão do problema. A atividade de inteligência na PMAM é o motor dessas operações, permitindo que a ação policial seja cirúrgica e focada nos pontos nevrálgicos da logística do tráfico (PINHEIRO; AGUIAR; ZOGAHIB, 2025).

A atuação da PMAM, ao se concentrar na interdição das rotas fluviais, impacta diretamente a capacidade financeira das organizações criminosas. Cada apreensão de grande volume de entorpecentes representa um prejuízo milionário para o crime organizado, descapitalizando as facções e dificultando a expansão de suas atividades. O uso de embarcações blindadas e de alta velocidade, bem como o treinamento especializado do efetivo para o combate em ambiente aquático e de selva, são diferenciais que a PMAM tem buscado aprimorar. Essa especialização é uma resposta tática à sofisticação do crime, que utiliza equipamentos e táticas de guerrilha para proteger seus carregamentos.

Apesar dos avanços, o desafio de manter a presença ostensiva em uma área tão vasta e com recursos limitados é constante. A PMAM precisa equilibrar a necessidade de repressão ao narcotráfico com a manutenção da segurança pública nas áreas urbanas, como Manaus, onde a violência é um reflexo direto da disputa entre facções. A análise dos homicídios em Manaus (SÁ LEITÃO et al., 2025) revela a correlação direta entre a atuação do crime organizado e o aumento da letalidade, o que exige uma estratégia de segurança pública que seja, ao mesmo tempo, repressiva e preventiva. A PMAM, nesse sentido, atua em duas frentes: a repressão ao tráfico transnacional nas rotas fluviais e a prevenção da violência urbana nas áreas de influência das facções.

3. DESAFIOS LOGÍSTICOS E GEOGRÁFICOS NA ATUAÇÃO POLICIAL

A atuação da PMAM é intrinsecamente moldada pela geografia amazônica. A dispersão dos municípios e a dependência quase exclusiva do transporte fluvial criam desafios logísticos sem paralelos em outras regiões do Brasil. O tempo de deslocamento entre Manaus e municípios de fronteira, como Tabatinga, pode levar dias em embarcações convencionais, o que exige um planejamento estratégico de longo prazo para a movimentação de tropas e suprimentos. A PMAM tem buscado mitigar esse desafio através da descentralização de suas unidades e do investimento em embarcações de alto desempenho, mas o custo operacional permanece elevado.

A densidade da floresta tropical também impõe limites à eficácia dos sistemas de comunicação e vigilância tradicionais. A cobertura de rádio e celular é precária em vastas áreas, o que pode isolar guarnições em operações de campo. A adoção de comunicações via satélite é uma solução necessária, mas que demanda recursos financeiros constantes. Além disso, o clima equatorial, com altas temperaturas e chuvas intensas, acelera o desgaste de equipamentos e veículos, exigindo um ciclo de manutenção rigoroso. Esses fatores geográficos e climáticos não são meros detalhes, mas determinantes da eficácia operacional da PMAM no combate ao narcotráfico.

3.1 A Atuação Estratégica e Operacional da Polícia Militar do Amazonas (PMAM)

O enfrentamento ao narcotráfico transnacional na Amazônia exige da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) uma estrutura operacional adaptada às peculiaridades geográficas e logísticas da região. A estratégia da PMAM se baseia em três pilares principais: a presença ostensiva e permanente em pontos estratégicos, o uso intensivo da inteligência policial e a atuação de unidades especializadas com treinamento em ambiente de selva e aquático.

O principal expoente dessa estratégia é a implantação das Bases Fluviais Arpão (Base Arpão 1 e 2), que representam um marco na atuação da segurança pública no Amazonas. Localizadas em pontos nevralgicos dos rios Solimões e Negro, as bases funcionam como postos de interdição hídrica, com capacidade de fiscalização 24 horas por dia. A Base Arpão é um exemplo de operação interagências, reunindo efetivos da PMAM, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e outros órgãos de fiscalização. Em cinco anos de operação, as unidades fluviais causaram mais de R\$ 743 milhões de danos ao crime organizado, demonstrando a eficácia da estratégia de interdição (PEREIRA, 2025). A presença constante e a capacidade de resposta imediata das bases têm forçado as organizações criminosas a buscarem rotas alternativas, aumentando o custo e o risco de suas operações.

As bases fluviais operam como sentinelas avançadas no coração da floresta, permitindo que o Estado exerça um controle efetivo sobre os fluxos hídricos que são a espinha dorsal da logística do narcotráfico. A interrupção desses fluxos é o primeiro passo para a descapitalização das organizações criminosas (PEREIRA., 2025, p. 43).

A operação das Bases Arpão envolve uma logística complexa, com a necessidade de suprimento constante de combustível, alimentos e manutenção técnica em locais isolados. O efetivo policial que atua nessas bases recebe treinamento específico para operações de abordagem em embarcações, muitas vezes sob condições climáticas adversas e em horários de baixa visibilidade. A eficácia das bases não se mede apenas pelo volume de drogas apreendidas,

mas pelo seu papel dissuasório. A presença de uma unidade policial permanente no rio altera a percepção de risco para o criminoso, forçando-o a adotar rotas mais longas, caras e perigosas, o que desestabiliza a economia do tráfico.

Outro pilar fundamental da atuação da PMAM é a “integração com as comunidades locais”. Através de ações de polícia comunitária no interior do estado, a PMAM busca construir uma relação de confiança com os ribeirinhos, que são as principais testemunhas das atividades ilícitas nos rios. O fornecimento de informações por parte da população é um insumo valioso para a inteligência policial. No entanto, essa relação é desafiada pela coação exercida pelos traficantes, que muitas vezes utilizam a violência para garantir o silêncio das comunidades. A PMAM, portanto, precisa garantir não apenas a repressão ao crime, mas a proteção e o apoio social a essas populações, para que elas se sintam seguras em colaborar com o Estado.

A Companhia de Operações Especiais (COE) da PMAM desempenha um papel crucial no combate ao narcotráfico, sendo a unidade de elite treinada para atuar em ambientes de selva e aquáticos. A COE é responsável por operações de alto risco, como a incursão em áreas de mata fechada para desarticulação de laboratórios de refino e a interceptação de grandes carregamentos de drogas. A expertise da COE em instrução de tiro e habilitação por categorias de armas de fogo (SANTOS; ZOGAHIB; AGUIAR, 2025) é fundamental para garantir a eficiência e a segurança das operações em um ambiente hostil. A atuação da COE, muitas vezes em conjunto com a inteligência, permite que a PMAM vá além da repressão ostensiva, atacando a estrutura logística e financeira do crime organizado.

O uso da inteligência policial é o fator multiplicador da força da PMAM. A atividade de inteligência (PINHEIRO; AGUIAR; ZOGAHIB, 2025) permite o mapeamento das rotas, a identificação dos líderes das facções e a antecipação dos movimentos do crime organizado. A PMAM tem investido em tecnologia e treinamento para a coleta e análise de dados, transformando informações brutas em conhecimento estratégico. Essa capacidade de inteligência é vital para a realização de operações cirúrgicas, que minimizam o risco para o efetivo e maximizam o impacto sobre o narcotráfico. A integração da inteligência com as operações de campo, como as realizadas pela COE e nas Bases Arpão, é a chave para o sucesso no enfrentamento a um crime que se baseia na discrição e na surpresa.

A PMAM, ao longo dos anos, tem demonstrado uma curva de aprendizado e adaptação às táticas do narcotráfico. A capilaridade ostensiva e o controle fluvial (PEREIRA, 2025) são elementos que, quando combinados com a inteligência, conferem à corporação uma vantagem

tática sobre o crime organizado. A presença de destacamentos policiais em municípios do interior, muitas vezes isolados, permite uma resposta mais rápida e um conhecimento mais aprofundado da dinâmica local do tráfico. Essa proximidade com a comunidade, quando bem gerida, pode gerar informações valiosas para a inteligência policial, transformando a população em parceira no combate ao crime.

A estratégia de enfrentamento da PMAM não se limita à repressão, mas inclui ações de prevenção e de aproximação com a comunidade. Programas como a Rede de Vizinhos Protegidos (BANDEIRA; PAIVA; GAMA, 2025) em Manaus, embora focados na segurança urbana, contribuem indiretamente para o combate ao narcotráfico, ao fortalecerem o tecido social e reduzir a vulnerabilidade das comunidades à coação e à cooptação pelas facções. A segurança pública, nesse sentido, é vista como um esforço conjunto, onde a polícia atua como catalisadora da participação social.

Apesar dos avanços, a PMAM enfrenta desafios significativos. A inovação tecnológica (SILVA; POLARI; AGUIAR, 2025) é fundamental, mas a manutenção e a atualização dos equipamentos em um ambiente hostil como a Amazônia são custosas e complexas. A necessidade de treinamento contínuo (SANTOS; ZOGAHIB; AGUIAR, 2025) do efetivo para o combate em ambiente de selva e aquático é outro desafio constante, exigindo um investimento permanente em capacitação e logística. A dimensão transnacional do crime, que envolve a coordenação com forças de segurança de países vizinhos, também impõe barreiras diplomáticas e operacionais que precisam ser superadas.

3.2 Perspectivas de Inovação Tecnológica e Inteligência Artificial

O futuro do enfrentamento ao narcotráfico na Amazônia passa obrigatoriamente pela inovação tecnológica. A PMAM tem explorado o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs) ou drones de longo alcance para a vigilância de áreas de fronteira e o monitoramento de rotas fluviais. Esses equipamentos permitem uma visão aérea em tempo real, sem expor os policiais a riscos desnecessários em áreas de mata fechada. A integração de sensores infravermelhos e câmeras de alta resolução possibilita a detecção de embarcações e acampamentos mesmo sob a copa das árvores.

Outra perspectiva promissora é o uso de Inteligência Artificial (IA) para a análise de grandes volumes de dados de inteligência. A IA pode identificar padrões de movimento, correlacionar informações de diferentes fontes e prever possíveis rotas de tráfico com base em

dados históricos e geográficos. A implementação de sistemas de monitoramento inteligente nas Bases Arpão, capazes de identificar automaticamente embarcações suspeitas através de reconhecimento de padrões, pode aumentar significativamente a eficiência da fiscalização. No entanto, a adoção dessas tecnologias exige não apenas investimento financeiro, mas uma mudança na cultura organizacional e o treinamento contínuo do efetivo.

Além disso, a biometria e o reconhecimento facial em pontos de fluxo migratório e comercial, como portos e aeroportos, são ferramentas que podem auxiliar na identificação de criminosos foragidos e membros de facções. A integração desses sistemas com bancos de dados nacionais e internacionais (como o da Interpol) fortalece a capacidade de resposta da PMAM frente ao caráter transnacional do crime. A inovação tecnológica, portanto, não substitui o trabalho policial de campo, mas o potencializa, tornando a atuação da PMAM mais precisa, segura e eficaz.

3.3 Resultados Operacionais, Desafios e Discussões

A atuação da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) no enfrentamento ao narcotráfico transnacional tem se traduzido em resultados operacionais expressivos, que demonstram a eficácia das estratégias adotadas, em especial a interdição fluvial e o uso da inteligência. O ano de 2025, por exemplo, marcou um novo recorde de apreensão de entorpecentes no Amazonas, com um total de 46,6 toneladas de drogas retiradas de circulação (AGÊNCIA AMAZONAS, 2026). Esse volume representa um aumento significativo em relação aos anos anteriores, evidenciando a intensificação das operações e a melhoria na capacidade de interceptação da PMAM e das forças de segurança integradas.

Tabela 1: Comparativo de Apreensões de Drogas no Amazonas (2023-2025)

Ano	Volume Total Apreendido (Toneladas)	Aumento Percentual (em relação ao ano anterior)	Destaque Operacional	Fonte
2023	~7,87	-	Operações de rotina	CASA CIVIL AM (2025)
2024	~15,03	+91,05%	Intensificação da fiscalização	CASA CIVIL AM (2025)
2025	46,6	+210%	Bases Arpão e COE	AGÊNCIA AM (2026)

Fonte: Adaptado de dados da SSP-AM, Casa Civil e Agência Amazonas (2025; 2026).

A análise da Tabela 1 revela uma tendência de crescimento exponencial nas apreensões, com o ano de 2025 registrando um aumento de mais de 200% em relação a 2024. Esse salto quantitativo está diretamente relacionado à consolidação das Bases Arpão como pontos de interdição permanentes e à atuação cirúrgica da Companhia de Operações Especiais (COE), que realizou apreensões recordes, como a de 6,5 toneladas de drogas em um único evento (AGÊNCIA AMAZONAS, 2026).

Apesar dos resultados positivos, a PMAM enfrenta desafios que precisam ser superados para manter a efetividade do combate ao narcotráfico. O principal desafio é a dimensão transnacional do crime, que exige uma coordenação mais estreita e contínua com as forças de segurança dos países vizinhos (Colômbia e Peru). A fluidez das fronteiras e a capacidade de adaptação das organizações criminosas, que rapidamente alteram rotas e táticas, demandam uma resposta estatal igualmente ágil e flexível.

Outro desafio crucial é a inovação tecnológica. O narcotráfico tem utilizado tecnologias avançadas, como drones e comunicações criptografadas, o que exige da PMAM um investimento constante em equipamentos de ponta e em treinamento especializado para o uso dessas tecnologias. A inteligência policial (PINHEIRO; AGUIAR; ZOGAHIB, 2025) precisa ser continuamente aprimorada para antecipar as novas táticas do crime e garantir que as operações sejam sempre um passo à frente.

14

A discussão sobre o papel da PMAM no enfrentamento ao narcotráfico transnacional não pode se limitar à repressão. É fundamental que a corporação atue em conjunto com outras políticas públicas, como as de desenvolvimento social e educação, para reduzir a vulnerabilidade das comunidades à coação do crime organizado. A segurança pública na Amazônia é um desafio complexo que exige uma abordagem holística, que combine a força da repressão com a inteligência e a prevenção social.

A análise dos dados de 2025 também revela a importância das operações de inteligência na desarticulação de laboratórios de refino e depósitos de drogas escondidas na floresta. A PMAM, em conjunto com forças federais, tem utilizado tecnologias de geoprocessamento e imagens de satélite para identificar áreas de desmatamento recente ou construções suspeitas em locais remotos, que muitas vezes servem de base para o crime organizado. Essas operações, embora de alto custo e risco, são fundamentais para atacar a produção e o armazenamento, reduzindo a oferta de drogas que chega às rotas fluviais.

Além disso, o impacto econômico do narcotráfico no Amazonas é devastador. A circulação de grandes quantias de "dinheiro sujo" distorce a economia local, fomenta a corrupção e desestimula as atividades produtivas lícitas. A PMAM, ao combater o tráfico, atua também na proteção da economia regional, buscando garantir que os recursos do estado sejam direcionados para o desenvolvimento sustentável e não para o financiamento da criminalidade. A interdição de ativos financeiros e a apreensão de bens utilizados pelo tráfico, como embarcações de luxo e aeronaves, são estratégias que complementam a apreensão de drogas e enfraquecem o poder econômico das facções.

Por fim, a cooperação internacional é um eixo que precisa ser fortalecido. O narcotráfico transnacional não respeita fronteiras, e a resposta estatal também não deve ser limitada por elas. A PMAM tem participado de fóruns de discussão e de treinamentos conjuntos com forças de segurança de países vizinhos, buscando alinhar táticas e compartilhar informações de inteligência. A criação de canais de comunicação direta entre as polícias de fronteira é um passo fundamental para agilizar a resposta a crimes que ocorrem em áreas limítrofes. O desafio é superar as barreiras burocráticas e políticas para construir uma rede de segurança regional sólida e eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar o papel da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) no enfrentamento ao narcotráfico transnacional na Amazônia, um desafio que se impõe com crescente complexidade devido à vasta extensão territorial, à intrincada malha hidroviária e à proximidade com países produtores de cocaína. A análise demonstrou que a PMAM, atuando como força de segurança ostensiva e especializada, tem se adaptado à dinâmica do crime organizado, que utiliza a região como corredor logístico e espaço de territorialização (BENAYON JÚNIOR, et al., 2025; RÊGO; POLARI; AGUIAR, 2025).

A hipótese de que a PMAM tem alcançado resultados significativos, principalmente através da adoção de estratégias inovadoras como a implantação de bases fluviais permanentes (Base Arpão) e o investimento em inteligência policial, foi confirmada pelos dados estatísticos. O aumento exponencial nas apreensões de drogas, com o recorde de 46,6 toneladas em 2025, é um indicador claro da eficácia das operações de interdição fluvial e da atuação cirúrgica de unidades especializadas como a Companhia de Operações Especiais (COE) (AGÊNCIA AMAZONAS, 2026). A Base Arpão, em particular, revelou-se um modelo de sucesso em

operações interagências, causando um prejuízo milionário ao crime organizado e reafirmando a presença estatal em áreas de fronteira (PEREIRA, 2025).

No entanto, a pesquisa também evidenciou que os desafios persistem. A dimensão transnacional do narcotráfico exige uma cooperação internacional mais robusta e contínua, bem como um investimento constante em inovação tecnológica para combater as táticas adaptativas do crime (SILVA; POLARI; AGUIAR, 2025). A PMAM precisa continuar aprimorando sua atividade de inteligência (PINHEIRO; AGUIAR; ZOGAHIB, 2025) para antecipar as novas rotas e métodos de transporte, garantindo que a repressão seja sempre estratégica e focada nos pontos nevrálgicos da logística do tráfico.

Recomenda-se, para o futuro, que a PMAM intensifique a integração com as políticas de desenvolvimento social e ambiental, reconhecendo que o combate ao narcotráfico não é apenas uma questão policial, mas um desafio que exige uma abordagem holística. O fortalecimento da presença estatal em áreas remotas, a promoção de oportunidades econômicas lícitas e o investimento em educação são medidas complementares que podem reduzir a vulnerabilidade das comunidades à coação do crime organizado. Além disso, a continuidade do investimento em formação e capacitação do efetivo, alinhando a eficiência operacional com o respeito aos Direitos Humanos (SANTOS; ZOGAHIB; AGUIAR, 2025; GOUVEIA *et al.*, 2024), é fundamental para a construção de uma segurança pública mais justa e eficaz na Amazônia.

16

O presente estudo contribui para a literatura especializada ao fornecer uma análise atualizada e contextualizada do papel da PMAM, utilizando o referencial teórico de autores como o ilustríssimo cientista, Professor Dr. Denison Melo de Aguiar, cujas obras sobre a geopolítica do tráfico e a segurança pública no Amazonas são cruciais para a compreensão do fenômeno. A continuidade de pesquisas nessa área é vital para subsidiar a formulação de políticas públicas que garantam a soberania e a segurança na Amazônia brasileira.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA AMAZONAS. Balanço 2025: Amazonas bate novo recorde com apreensão de 46,6 toneladas de drogas. 12 jan. 2026. Disponível em: <https://www.agenciaamazonas.am.gov.br/noticias/balanco-2025-amazonas-bate-novo-recorde-com-apreensao-de-466-toneladas-de-drogas/>. Acesso em: 27 jan. 2026.

BANDEIRA, H. R. C.; PAIVA, A. B. de.; GAMA, A. C. Segurança pública e narcotráfico: evidências da territorialização do crime e das ações estatais no Amazonas. *Interference: A Journal of Audio Culture*, v. 11, n. 2, 2025. Disponível em:

<https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/647>. Acesso em: 27 jan. 2026.

BENAYON JÚNIOR, V. G.; AGUIAR, D. M. de.; LOPES, F. H. P.; ZOGAHIB, A. L. N. Geopolítica do tráfico de drogas no Amazonas. *Interference: A Journal of Audio Culture*, v. 11, n. 2, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/399107316_GEOPOLITICA_DO_TRAFICO_DE_DROGAS_NO_AMAZONASGEOPOLITICS_OF_DRUG_TRAFFICKING_IN_THE_AMAZON. Acesso em: 27 jan. 2026.

BITENCOURT, E. C.; TEIXEIRA NETO, E. D.; POLARI, L. E. B.; NASCIMENTO, I. M. do.; AGUIAR, D. M. de.; PINTO, S. G.; GÓES, H. B.; LIMA, A. A. Primeiro atendimento do sistema de segurança pública aos grupos vulneráveis LGBTQIAPN+ pela Polícia Militar do Amazonas. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 15, n. 1, 2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/2289>. Acesso em: 25 jan. 2026.

GOUVEIA, R. N. H.; AGUIAR, D. M. de.; ZOGAHIB, A. L. N. FREITAS, J. C. DA S.; SILVA, E. O. da. O uso de câmeras corporais nos operadores de segurança pública: uma reflexão sobre a Polícia Militar do Amazonas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 8, 2024. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>. Acesso em: 27 jan. 2026.

LEITÃO, R. G. de S.; AGUIAR, D. M. de.; JALES, G. E. de S.; LEITÃO, C. G. de S. Análise dos homicídios em Manaus, Amazonas, em 2023: desafios e perspectivas para a segurança pública. *Interference: A Journal of Audio Culture*, v. 11, n. 2, p. 1632-1648, 2025. Disponível em: <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/165>. Acesso em: 25 jan. 2026.

17

PEREIRA, C. D. Capilaridade ostensiva e o controle fluvial na Amazônia: uma análise da Base Fluvial Arpão. *IOSR Journal of Humanities and Social Science*, v. 30, n. 11, p. 41-49, 2025. Disponível em: <https://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/papers/Vol.30-Issue11/Ser-4/D3011044149.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2026.

PINHEIRO, J. M.; AGUIAR, D. M. de.; ZOGAHIB, A. L. N. O controle da atividade de inteligência na PMAM (Polícia Militar do Amazonas). *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 12, p. 6114-6128, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23375>. Acesso em: 27 jan. 2026.

RÊGO, K. A. do.; POLARI, L. E. B.; AGUIAR, D. M. de. A rede de vizinhos protegidos e a coprodução de segurança pública em Manaus: análise criminológica e operacional. *Revista RCMOS*, v. 4, n. 5, 2025. Disponível em: <https://submissoesrevistarcmos.com.br/rcmos/article/view/1837>. Acesso em: 27 jan. 2026.

SANTOS, A. C. dos.; ZOGAHIB, A. L. N.; AGUIAR, D. M. de.; PINTO, S. G.; GÓES, H. B.; LIMA, A. A. Instrução de tiro e habilitação por categorias de armas de fogo para a atuação do policial militar do Amazonas. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 14, n. 2, 2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1714>. Acesso em: 23 jan. 2026.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS. Amazonas registra aumento de 51,2% na apreensão de drogas em 2024, aponta Mapa da Segurança Pública.

18 jun. 2025. Disponível em: <https://www.ssp.am.gov.br/amazonas-registra-aumento-de-512-na-apreensao-de-drogas-em-2024-aponta-mapa-da-seguranca-publica/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

SILVA, F. J. A. da.; POLARI, L. E. B.; AGUIAR, D. M. de. Inovação tecnológica na segurança pública em áreas de fronteira: desafios e oportunidades no Estado do Amazonas. Revista REASE, v. 5, n. 10, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23388>. Acesso em: 26 jan. 2026.